

A Velocidade que Consome o Sujeito: Urbe, Trabalho e a Sociedade do Cansaço

Por: Cléber Nilson Amorim Junior Auditor Fiscal do Trabalho e autor do livro *SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO: Princípios Norteadores*.

A Morte da Proibição e o Nascimento da Autoexploração

A passagem do século XX para o século XXI não se deu apenas no marco do calendário, mas na alteração tectônica das estruturas psíquicas e normativas que regem a civilização ocidental. Para compreender o adoecimento contemporâneo e o ritmo alucinatório que marca a existência nas grandes metrópoles, é indispensável resgatar a transição conceitual formulada por Byung-Chul Han: a metamorfose da *sociedade disciplinar* na *sociedade de desempenho*.

A sociedade disciplinar, analisada classicamente por Michel Foucault, estruturava-se a partir de instituições de enclausuramento — o hospital, a prisão, a fábrica, a escola. Era um ecossistema moldado pelo dever, pela proibição, pela normatização dos corpos e pela vigilância ostensiva. Seus operadores verbais fundamentais eram a negação e o limite: "*você não pode*", "*você deve*". Esse modelo produzia sujeitos obedientes, mas também corpos que identificavam com clareza o agente da coerção. O opressor tinha rosto, farda, carimbo e lugar físico.

Na contemporaneidade, essa arquitetura ruiu silenciosamente. Não porque o poder tenha se dissolvido, mas porque encontrou um modo incomparavelmente mais eficiente de reprodução. A sociedade de desempenho desregulamenta as proibições e substitui o verbo "*dever*" pelo verbo "*poder*". O imperativo do nosso tempo é a capacidade ilimitada de realizar: *Yes, we can*. A proibição cede lugar ao projeto, à iniciativa individual, à motivação e à otimização constante do eu.

Ocorre que essa aparente libertação esconde uma armadilha ontológica. O sujeito de desempenho, livre das amarras do senhor disciplinar, julga-se emancipado. No entanto, ao deixar de ser um "sujeito da obediência" para se tornar um "sujeito de si mesmo", ele se converte, simultaneamente, em algoz e vítima, explorador e explorado. A exploração de si mesmo é infinitamente mais eficaz e devastadora do que a exploração efetuada por terceiros, pois vem acompanhada de um falso sentimento de liberdade.

Nesse cenário, a aceleração urbana deixa de ser mero efeito colateral do crescimento tecnológico para se transformar no vetor primordial dessa autoexploração. Anda-se rápido não porque o deslocamento exige, mas porque a desaceleração é vivenciada como culpa, déficit de produtividade e fracasso pessoal. O sujeito corre para não ser alcançado pelo espectro da própria inadequação.

A Arquitetura da Solitude: A Ilha Urbana e a Perda do Outro

O espaço urbano contemporâneo é o espelho físico dessa estrutura psíquica exausta. A verticalização extrema das metrópoles, com suas torres residenciais que se elevam dezenas de metros acima do solo, sintetiza visualmente o paradoxo da densidade demográfica sem convivência. O indivíduo habita pavimentos elevados — verdadeiras ilhas suspensas — cercado por milhares de vizinhos com os quais jamais estabelecerá um vínculo de reciprocidade.

Ao sair de sua unidade privada, o cidadão transita por corredores assépticos, ingressa em elevadores silenciosos e atinge as artérias do transporte e das vias públicas. Essa transição não representa a passagem do privado para o público no sentido clássico da *polis* grega — o lugar do debate, do encontro e da construção do comum. Ao contrário, trata-se da mera transferência de um confinamento imóvel para um confinamento em movimento.

A velocidade das ruas, o fluxo incessante de automóveis, a poluição sonora e o bombardeio de estresse sensorial funcionam como um mecanismo de proteção e repulsa. Para sobreviver à hipertrofia dos estímulos, o indivíduo desenvolve uma carapaça de indiferença, aquilo que Georg Simmel denominou como a "atitude *blasé*" do habitante da metrópole. O outro deixa de ser um parceiro de existência ou um interlocutor dialógico e passa a ser percebido como um obstáculo físico, um atraso no itinerário, um risco em potencial.

A crise da comunidade é a crise da alteridade. Byung-Chul Han destaca que a sociedade do desempenho elimina progressivamente o "Outro" como presença disruptiva e transformadora. O sujeito contemporâneo busca apenas o "Igual" — informações que confirmem suas crenças, serviços que atendam imediatamente aos seus desejos e trajetos que não exijam desaceleração. A aceleração da cidade e a perda do Outro retroalimentam-se: quanto mais rápida a cidade, menos tempo resta para olhar nos olhos de quem cruza o nosso caminho; quanto menos olhamos para o outro, mais a cidade se converte em uma selva desprovida de empatia.

Dialética do Asfalto: A Mercantilização do Tempo Vital

A metrópole é o domínio da dialética em sua forma mais crua. Ela é o espaço onde a abundância de recursos técnicos convive com a miséria do sentido; onde a promessa de conexão global resulta em um isolamento atroz. Em cada esquina, a urbe expõe a sua natureza do "avesso": a opulência dos centros financeiros projeta sombras longas sobre a população em situação de rua, enquanto a velocidade dos meios de transporte contrasta com a imobilidade existencial de quem passa horas parado no trânsito ou no metrô.

O elemento central dessa contradição dialética é a transformação do tempo vital em tempo mercantil. No modo de produção capitalista hiperacelerado, o tempo deixa de ser a dimensão na qual a vida se desdobra, se contempla e se realiza, para se tornar exclusivamente uma unidade de medida de rendimento e extração de valor.

A cada passo dado no asfalto quente das grandes avenidas, o sujeito deixa para trás frações irrecuperáveis de sua própria existência. O tempo gasto no deslocamento

pendular, no atendimento a metas inalcançáveis e na resposta compulsiva a notificações digitais é um tempo subtraído do afeto, do descanso, da criação artística e do lazer desinteressado.

A vida na veloz cidade torna-se tão densa de tarefas e urgências que, ao final da jornada, não sobra quase nada do próprio indivíduo. Ele chega ao fim do dia esvaziado, reduzido a um trapo produtivo que precisa apenas de recarga biológica básica para estar apto a operar novamente no dia seguinte. Essa diluição da vida no asfalto é a forma moderna da alienação: o ser humano constrói a cidade com seu trabalho, mas a cidade resultante dessa construção torna-se um monstro de concreto que o engole e o desumaniza.

A Ilusão da Segurança e a Fantasmagoria do Progresso

Diante do desamparo existencial e da volatilidade provocados por essa rotina avassaladora, a própria sociedade mercantil encarrega-se de produzir o antídoto ilusório para os males que ela mesma gera. Multiplicam-se no tecido urbano os discursos e produtos que prometem previsibilidade, controle e segurança em relação ao amanhã.

A busca por certezas transforma-se em mais um nicho lucrativo. Vendem-se fórmulas de alta performance, métodos de gestão do tempo, seguros de vida multifacetados e promessas de antecipação do futuro sob as mais diversas roupagens. Tenta-se mercantilizar a esperança de que, seguindo determinados manuais ou adquirindo certas garantias patrimoniais, o amanhã estará blindado contra o caos.

Essa é a dimensão fantasmagórica do progresso contemporâneo. O sistema cria a ansiedade pelo ritmo frenético e, em seguida, vende pílulas de tranquilidade e promessas de proteção. No entanto, por trás dessa fachada de controle absoluto, a realidade da vida metropolitana impõe a sua presença inescapável: o imprevisto, a finitude, a vulnerabilidade e a solidão.

O isolamento promovido pela competição contínua impede a construção de redes coletivas de proteção solidária. O indivíduo aprendeu que deve salvar a si mesmo, encarando os pares como concorrentes na luta por espaço e recursos. Quando o evento fortuito ocorre — a doença, o desemprego, o esgotamento mental —, o sujeito descobre que as garantias compradas no mercado eram ilusões de papel e que ele se encontra profundamente só no meio do vão urbano.

A Relação de Trabalho na Era do Hiperrendimento

Como Auditor Fiscal do Trabalho, observo diariamente a tradução concreta dessas formulações filosóficas no chão das empresas, nos canteiros de obras, nas plataformas digitais e nos escritórios corporativos. O ambiente de trabalho contemporâneo tornou-se o laboratório principal da *Sociedade do Cansaço*.

Presenciamos a emergência de uma gestão por estresse e por metas metamórficas — metas que, uma vez atingidas, são imediatamente substituídas por patamares ainda mais elevados, anulando qualquer possibilidade de celebração ou repouso. A fronteira entre o tempo de trabalho e o tempo de vida pessoal foi virtualmente destruída pela conectividade permanente. O smartphone transformou-se em uma extensão invisível do posto de trabalho, garantindo que o poder diretivo do empregador — e, pior, o sentimento interno de dever do trabalhador — alcance o indivíduo no meio da noite, nos fins de semana e nas férias.

Essa dinâmica assume contornos ainda mais perversos na chamada *uberização* ou economia de plataformas. Nela, o trabalhador é formalmente batizado de "empreendedor de si mesmo", "parceiro" ou "autônomo". Transfere-se para o indivíduo a totalidade dos riscos do negócio, os custos dos instrumentos de trabalho e a responsabilidade por sua própria subsistência em caso de acidente ou enfermidade. Ele é livre para trabalhar 16 horas por dia; livre para acelerar sua bicicleta ou automóvel pelas ruas perigosas da cidade; livre para se exaurir até o colapso.

O resultado patológico dessa estrutura é epidemiológico. Assistimos ao crescimento vertiginoso dos afastamentos por transtornos mentais e comportamentais. A *Síndrome de Burnout* (ou síndrome do esgotamento profissional), a depressão reativa e a ansiedade generalizada deixaram de ser exceções para se tornarem a resposta fisiológica e psíquica padrão a um modelo produtivo doente. O corpo e a mente humanos dão sinais claros de que não foram projetados para funcionar no regime de aceleração contínua e sem pausas exigido pelo capital financeirizado.

O Resgate da Vida Contemplativa como Ativo Subversivo

Para estancar esse processo de autodestruição, torna-se urgente opor à tirania da ação frenética aquilo que Byung-Chul Han chama de vida contemplativa (*vita contemplativa*). A modernidade ocidental hipertrofiou a *vita activa* — o fazer, o produzir, o transformar, o intervir —, rebaixando a contemplação, o silêncio e o repouso à condição de mera preguiça ou ineficiência.

No entanto, como lembrava Hannah Arendt e reforça Han, a capacidade de pensar, de julgar criticamente e de criar exige um tipo de atenção que é o oposto absoluto da hiperatenção fragmentada do *multitasking*. A capacidade de realizar várias tarefas simultaneamente não é um avanço civilizatório, mas um regresso animal. O animal no meio selvagem é forçado a praticar a atenção dividida a todo momento: precisa comer enquanto vigia o predador, cuida da cria e monitora o vento. Ele não pode se dar ao luxo da atencionalidade profunda (*profound attention*).

A cultura humana, o pensamento filosófico, a grande literatura e a arte surgiram precisamente quando o ser humano conquistou a possibilidade da atencionalidade profunda e do desinteresse produtivo. O silêncio, a pausa e a lentidão não são vazios de ação; são a matriz de onde brota todo significado genuíno.

No contexto da cidade acelerada, o ato de desacelerar adquire um caráter radicalmente subversivo. Interromper o fluxo, sentar-se em uma praça sem a obrigação

de consumir, desligar as telas, frequentar um espaço de arte, dedicar-se à leitura demorada ou simplesmente permitir que o pensamento vagueie sem objetivo utilitário são formas de resistência política e de autopreservação psíquica. Recusar-se a converter cada segundo do dia em valor econômico é o primeiro passo para reaver a própria humanidade.

Da Áspide ao Mel: As Duas Faces do Espaço Urbano

A cidade, no entanto, não deve ser lida apenas como um diagnóstico de ruína. Ela guarda em si uma ambivalência fundamental, uma natureza dupla que abriga simultaneamente o veneno e o remédio, a morte e a vida.

Podemos recorrer à metáfora da natureza para ilustrar essa condição: da mesma flor, a abelha extrai o insumo para a produção do mel — fonte de alimento, doçura e preservação da vida —, enquanto a áspide retira dali o seu veneno mortal. O espaço urbano funciona da mesma forma. Ele pode ser a serpente que inocula a peçonha do isolamento, do estresse, da degradação ambiental e da exploração desenfreada; mas pode ser também a colmeia que produz o mel da diversidade cultural, da solidariedade coletiva, da inovação científica e da emancipação política.

A metrópole é o lugar onde a história humana se acelera, mas é também o único espaço onde a luta por direitos, por justiça social e por novas formas de convivência pode alcançar escala transformadora. As mesmas ruas que testemunham o massacre diário da força de trabalho são o palco para as manifestações, para a organização sindical, para os movimentos de moradia e para as redes comunitárias de apoio mútuo.

O sujeito urbano vive nesse hiato permanente entre o pleno e o vazio, entre a alienação total e a possibilidade da consciência crítica. Reconhecer a existência do veneno da aceleração não significa resignar-se a ele, mas sim capacitar-se para extrair do espaço urbano a doçura das interações humanas autênticas e da construção coletiva.

Por uma Nova Ecologia do Tempo e do Trabalho

Chegamos ao nó górdico da questão contemporânea. A cidade habita o homem na mesma medida em que o homem habita a cidade. Não há transformação possível do espaço urbano sem uma reformulação profunda das relações de trabalho e das estruturas temporais que regem a nossa vida social.

Se permitirmos que a lógica da concorrência desregulada, da precarização laboral e do produtivismo cego continue a pautar as diretrizes do urbanismo e da economia, consolidaremos definitivamente a *Sociedade do Cansaço*: um império de seres humanos exaustos, psicologicamente fragilizados, dependentes de medicação para produzir e para dormir, incapazes de estabelecer laços duradouros e alienados de sua própria cidadania.

Superar esse paradigma exige a construção de uma nova ecologia do tempo e do trabalho. Essa agenda passa necessariamente por aspectos institucionais, jurídicos e políticos concretos:

1. A redução da jornada de trabalho: a limitação do tempo dedicado ao trabalho produtivo não é apenas uma pauta econômica, mas uma necessidade de saúde pública e de sustentabilidade civilizatória. Liberar tempo para o indivíduo é devolver-lhe a possibilidade de viver.

2. A efetivação do direito à desconexão: garantir que o trabalhador tenha o direito legal e prático de desligar-se das exigências profissionais fora do horário de expediente, punindo abusos organizacionais que invadam a esfera privada.

3. A reconfiguração do espaço urbano: desenvolver políticas públicas que priorizem a mobilidade humana, o transporte público de alta qualidade, a criação de áreas verdes e de convivência gratuita, descentralizando as oportunidades e reduzindo os tempos de deslocamento pendular.

4. A proteção social na era digital: estender a rede de proteção trabalhista e previdenciária a todos os trabalhadores plataformizados e autônomos, impedindo que a inovação tecnológica se traduza em retrocesso social e superexploração.

5. A valorização da economia do cuidado e do lazer: reconhecer e remunerar adequadamente as atividades ligadas ao cuidado humano, à educação, à cultura e à preservação ambiental, deslocando o eixo da sociedade do consumo de bens materiais para o cultivo da qualidade de vida.

Diante desse diagnóstico, a cidade revela-se não como um destino fatal, mas como uma construção histórica e social. Ao resgatarmos o direito ao tempo, à pausa, à solidariedade e ao trabalho digno, reabrimos o horizonte da metrópole. Ela deixará de ser o labirinto frenético que consome a substância de seus habitantes para se reconverter naquilo que sempre deveria ter sido: o espaço por excelência da liberdade, da diversidade e das infinitas possibilidades do existir.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. Tradução de Roberto Raposo. 13. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2018.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

DANTAS, Marcos. **A Lógica do Capital-Informação**: a rearticulação dos tempos de produção e de circulação. Rio de Janeiro: Contraponto, 2002.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramalheite. 42. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

GORTZ, André. **Miséria do Presente, Riqueza do Possível**. Tradução de Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

HAN, Byung-Chul. **A Sociedade do Cansaço**. Tradução de Enio Paulo Giachini. 2. ed. ampl. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

HAN, Byung-Chul. **No Enxame**: perspectivas do digital. Tradução de Gabriel Salvi Philipson. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

HAN, Byung-Chul. **Topologia da Violência**. Tradução de Enio Paulo Giachini. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

HARVEY, David. **A Condição Pós-Moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 17. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

MELO, Sandro Nahmias; TUPINAMBÁ, Pedro Neto. **Direito ao Desligamento do Trabalho**. São Paulo: LTr, 2018.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID-11)**. Genebra: OMS, 2022.

SENNETT, Richard. **A Corrosão do Caráter**: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Tradução de Marcos Santarrita. 14. ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.

SIMMEL, Georg. **As Grandes Cidades e a Vida do Espírito** (1903). Mana, v. 11, n. 2, p. 577-588, 2005.

SLEE, Tom. **Uberização**: a nova onda da economia compartilhada. Tradução de João Peres. São Paulo: Elefante, 2017.